

## **O Sistema de Ensino Formal e o Mercado de Trabalho: os Problemas da Formação Escolar para o Trabalho Urbano**

El Sistema de Enseñanza Formal y el Mercado de Trabajo: los Problemas de la Formación Escolar para el Trabajo Urbano

The Formal Education System and the Job Market: The Professional Background Problematics for Urban Jobs

**Aparecido Pires de Moraes Sobrinho**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE), Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [aparecido16@yahoo.com.br](mailto:aparecido16@yahoo.com.br)

**Maria das Graças de Lima**

Departamento de Geografia (DGE) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) E-mail: [mglima@uem.br](mailto:mglima@uem.br)

Recebido: 12 de abril de 2017 Aceito: 04 de setembro de 2017  
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

---

**Resumo** - O artigo analisa o problema da baixa efetivação nas vagas de emprego disponíveis em Maringá (PR). Maringá, até o ano de 2014, gerou grande quantidade de postos de trabalho disponibilizada pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), entretanto muitos desses cargos não eram preenchidos. Assim, o problema da baixa efetivação das vagas tem como fator a condição da educação formal dos trabalhadores. Logo, se o sistema educacional de um país está em crise à formação do trabalhador está comprometida. O objetivo geral foi avaliar a relação existente entre formação escolar e o mercado de trabalho na cidade de Maringá. A metodologia utilizou referencial bibliográfico para situar o leitor nos conceitos relacionados à educação e mercado de trabalho. São apresentados dados estatísticos demonstrando a evolução da formação educacional e técnica dos trabalhadores e o crescimento dos cargos que exigem trabalhadores qualificados.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho Formal; Trabalho Urbano; Sistema Educacional Brasileiro.

**Resumen** - El artículo analiza el problema de la baja efectividad en las vacantes de empleo disponibles en Maringá (PR). Maringá, hasta el año 2014, generó gran cantidad de puestos de trabajo puestos a disposición por el Sistema Nacional de Empleo (SINE), sin embargo muchos de esos cargos no se cumplían. Así, el problema de la baja efectividad de las vacantes tiene como factor la condición de la educación formal de los trabajadores. Por lo tanto, si el sistema educativo de un país está en crisis, la formación del trabajador está comprometida. El objetivo general fue evaluar la relación existente entre formación escolar y el mercado de trabajo en la ciudad de Maringá. La metodología utilizó referencial bibliográfico para situar al lector en los conceptos relacionados con la educación y el mercado de trabajo. Se presentan datos estadísticos que demuestran la evolución de la formación educativa y técnica de los trabajadores y el crecimiento de los cargos que exigen trabajadores cualificados.

**Palabras clave:** Mercado de trabajo formal; Trabajo Urbano; Sistema Educacional Brasileño.

**Abstract:** The article analyzes the low employment rate issues of the job openings available in Maringá (PR). Up to the year of 2014, Maringá generated a large amount of job openings, which were made available through the National Job System (Sistema Nacional de Emprego – SINE); however, many of these positions were not filled. The low employment rate issue of these job openings has as a key factor the workers' formal education condition. If the educational system of a country is in crisis, the formation of their workers is, therefore, impaired. The main purpose was to evaluate the existent relation between the educational background and Maringá-PR's job market. The methodology used bibliographic references to situate the reader concerning the concepts of education and the job

market. Statistical data demonstrating the evolution of the educational and technical background of workers and the increase of jobs demanding qualified labor are presented.

**Key Words:** Formal Job Market; Urban Work; Brazilian Educational System.

## **Introdução**

Um dos receios da população urbana é ficar desempregada. Sem emprego a população não é capaz de prover sua vida e de sua família. Assim, este problema tem contribuído para a elaboração de projetos sociais e econômicos que buscam saídas para a crise do emprego formal.

À vista disso, a introdução de tecnologias automatizadas, aliadas às rápidas mudanças na organização do trabalho a cada década que passa, faz com que as oportunidades de emprego exijam dos trabalhadores novas habilidades e, portanto formação constante.

Nesse contexto, estudar o mercado de trabalho maringense, diferenciado na conjuntura estadual e nacional, que se destacou pela alta taxa de empregos disponíveis nos anos de 2013 e 2014, que até esteve à frente de algumas capitais (PIMENTA, 2010), se faz necessário. Entretanto, um fato observado na cidade de Maringá é a baixa contratação que as vagas de emprego disponíveis conseguem efetivar frente à falta de especialização dos trabalhadores, onde uma grande maioria até possuem ensino médio, mas não formação técnica. Deste modo, durante o recorte de estudo, mesmo com a alta taxa de geração de empregos em Maringá, as vagas disponíveis não eram todas preenchidas. Com estas informações nos perguntamos, o que impede que essas vagas de emprego não sejam ocupadas?

Para responder a esta pergunta, faz necessário compreender a trajetória do sistema educacional brasileiro e o debate que ocorreu entre duas correntes de pensadores que propunham modelos de ensino distintos para o país, um modelo geral para todo o país, ou um modelo específico, próprio para cada espaço geográfico. Ou seja, um modelo para o espaço rural e outro para o urbano. Nesse sentido, qual modelo educacional era o mais oportuno.

Sud Mennucci (1934) defendeu um modelo de educação específico para cada espaço geográfico, assim o ensino deveria ser diferenciado, um modelo de ensino para o espaço urbano e outro ao meio rural. Em contraposição, Anísio Teixeira (1999) defendeu que o ensino escolar deveria preparar para ambas as funções, um modelo único para o espaço rural e urbano.

Esta foi uma das fases emblemáticas do processo ocorrido na agricultura paranaense entre as décadas de 1960 e 1970, pois, em virtude da modernização agrícola, fez com que a população rural, “expulsa” do campo, fosse fixar moradia na cidade. Entretanto, por apresentarem baixa formação escolar, esses trabalhadores rurais não possuíam qualificação e nem experiência da vida urbana para o trabalho.

Deste modo, o objetivo geral do artigo é avaliar a relação da formação escolar frente às rápidas mudanças do mercado de trabalho na cidade de Maringá (PR). Para isto se faz necessário pesquisa bibliográfica, levantamento de campo e aplicação de questionários na cidade de Maringá (PR) tendo como foco a classe trabalhadora.

## **A Reconstituição da Força de Trabalho no Sistema Capitalista**

Faz-se necessário nesta etapa de estudo trazer para o debate conceitos como força de trabalho, divisão do trabalho, mercado de trabalho, etc.

Assim, a força de trabalho é entendida como conjunto de faculdades físicas e intelectuais, expressas na personalidade viva do homem, que ao colocar em movimento

suas competências, cria valores de uso. Desse modo, a força de trabalho só aparece no mercado laboral no momento em que ela mesma torna-se mercadoria a ser vendida. Assim, o trabalhador tem que ser livre para vender a quem quiser sua capacidade de trabalho. Ocorre uma relação de compra pelos que possuem capital, e venda pelos que só possuem suas faculdades motoras e cognitivas (MARX, 1985). Sendo assim, a força de trabalho é composta por trabalhadores formais (com carteira de trabalho registrada), informais, terceirizados, desempregados ou mesmo subempregada (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

Em síntese, o que se espera do trabalhador atual, é um perfil generalista, que possua um entendimento integral do processo de produção, que seja capacitado a desenvolver diversas tarefas. Ou seja, que possua conhecimentos interdisciplinares. Logo, o mercado de trabalho exige maior número de anos de escolaridade e maior familiaridade com as tecnologias, como o uso do computador e o domínio da eletrônica (ZEBRAL FILHO, 1997).

Além disso, o mercado de trabalho pode ser entendido como “[...] relação entre a oferta e a demanda por trabalhadores, em época e lugar determinado, ou ainda como o conjunto de pessoas e/ou empresas que, em época e lugar determinado, provocam o surgimento e as condições dessa relação” (OLIVEIRA, 2000, p. 8). Para Oliveira é no mercado de trabalho que as relações aparecem permeabilizadas por compromissos entre indivíduos ou categorias, personalizadas por agentes sociais distintos (empregadores e empregados) onde a troca opera por meio de formas diversas de remuneração e reprodução social.

O mercado de trabalho pode ser também caracterizado como estruturado ou pouco estruturado. O primeiro, chamado de setor formal, é regido por leis trabalhistas, com proteção do trabalhador, empregos mais estáveis e com baixa rotatividade. Exigisse-se maior qualificação do trabalhador, logo possui maior facilidade de ascensão na carreira com melhores ganhos salarial. Já o segundo, o setor informal, se caracteriza por abundante oferta de mão de obra com baixa qualificação técnica. Esses trabalhadores acabam por preencher os empregos precários, não possuem proteção trabalhista e a rotatividade dos trabalhadores é alta (CARDOSO JUNIOR, 2005).

Outro tema importante é o desemprego. No Brasil, o desemprego cresce a partir do processo de concentração da população nas cidades. Este processo ocorreu em resposta ao deslocamento da população do campo para as cidades. O êxodo rural foi o resultado da desagregação da agricultura que mantinha a população no meio rural, mesmo possuindo o mínimo para a sobrevivência. Se durante a década de 1940 mais de dois terços da população brasileira vivia no campo, em 1970 a situação se inverte e a população urbana passa a ser de 56% (HOFFMANN, 1977). E em 2010 a urbanização atingiu 84% no país, em Maringá foi de 98%.

Outro conceito importante é a divisão do trabalho. A divisão do trabalho pode ser estudada em escala micro, dentro da empresa ou macro, em nível internacional. Podemos abordar o tema de diferentes ângulos, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho, essa divisão promoveu a separação entre o que homens e mulheres executam dentro do sistema capitalista (HIRATA, 2002).

A divisão do trabalho sempre existiu. A vida em sociedade foi responsável para que cada um desempenhasse uma função. As pessoas desempenham funções diferentes e ao mesmo tempo complementares, não fazem as mesmas coisas (SINGER, 1978), logo um é professor, outro médico e outro motorista de ônibus.

No Brasil, o agravamento do desemprego durante as décadas de 1980-1990 - decorrentes em parte da eliminação de empregos formais e do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) - intensificou o aumento na concorrência por empregos. O Estado brasileiro não solucionou o problema da taxa de crescimento do desemprego, pois o sistema de educação e as políticas públicas foram insuficientes para adequar o país às mudanças econômicas que ocorriam (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

Desse modo, as principais consequências da reestruturação produtiva do capital para o trabalho foram a perda das características próprias do trabalhador industrial, baseada no

fordismo, o aumento do assalariamento, principalmente no setor de serviços, as novas formas de alocação do trabalhador, como trabalho parcial, temporário, precário e terceirizado, a inclusão do trabalho feminino na classe trabalhadora, a exclusão dos trabalhadores jovens e acima de 45 anos e a expansão do trabalho infantil, sobretudo no trabalho agrário e extrativista (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

Além dos principais conceitos tratados até aqui, se faz necessário à contextualização do sistema educacional brasileiro.

### **O Sistema Educacional Brasileiro: Entre Avanços e Retrocessos**

É importante neste momento do artigo fazer uma breve reconstituição histórica do sistema educacional brasileiro, pois, como veremos, muitos problemas históricos da educação continuam até os dias atuais.

Durante o governo de Getúlio Vargas a educação passou a ser de responsabilidade do governo federal, sem, no entanto retirar dos Estados e municípios a sua parcela de obrigação. A preocupação com a falta de mão de obra qualificada nas cidades brasileiras, fez com que em novembro de 1930 fossem criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. Vargas promoveu a reforma no ensino nacional difundindo pelo país cursos profissionalizantes e técnicos que concedessem respostas ao momento pelo qual passava a economia nacional (NETO, 2013). Entretanto, essas reformas não foram suficientes, e o desemprego continuou em crescimento.

Houve dificuldades na elaboração de um modelo educacional que pudesse abranger todo o território nacional. Pois, a elaboração das políticas educacionais ocorria paralela o um debate intelectual entre duas correntes de pensadores que defendiam modelos que pudessem resolver o problema da formação escolar da população brasileira.

Fausto (1995) desenvolve um panorama geral de como foi o debate entre essas duas correntes.

A ação do Estado no setor educativo relacionou-se intimamente com movimentos na sociedade, envolvendo educadores e a elite cultural [...]. Esses movimentos vinham da década de 1920 e ganharam maior ressonância após a Revolução de 1930. Podemos falar de duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos. A igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na pública - neste último caso em caráter facultativo e diferenciado segundo o sexo. [...] Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões. O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, [...] lançado em março de 1932. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo, [...] Anísio Teixeira e Lourenço Filho entre outros. [...] A partir de uma análise das finalidades da educação, propunha a adoção do princípio de "escola única", concretizando, em uma primeira fase, em uma escola pública e gratuita, aberta a meninos e meninas de sete a quinze anos, onde todos teriam uma educação igual e comum. Os "pioneiros" defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios (p. 339-340).

Portanto, o debate entre as duas correntes ocorreu em torno de um modelo de ensino específico a cada local de moradia do educando, e o outro geral, sem distinção se a escola estava localizada no campo ou na cidade.

Sud Mennucci (1934) foi o defensor do ensino específico - Ruralismo Pedagógico - a cada região onde o aluno vivia (espaço rural, espaço urbano ou litorâneo). A outra corrente chamava-se Escola Nova, presente em poucas escolas urbanas e mais influentes na cidade do Rio de Janeiro, entendia que o futuro econômico do Brasil estava na questão industrial e não na agrícola, seu principal expoente foi Anísio Teixeira (1999). Para este autor, o ensino

não devia ser diferenciado por região e sim ser assegurada uma formação geral, tornando o futuro trabalhador apto a ocupar qualquer emprego em qualquer região do país.

O debate sobre o sistema educacional brasileiro foi o mais caloroso na época de Sud Mennucci e Anísio Teixeira. Mas não parou aí, continuou em meio a acontecimentos que colaboraram para manter suas dubiedades, conflitos e divergências.

O clima internacional era de apreensão, visto que entre 1939-1945 a Alemanha havia deflagrado a II Guerra Mundial. As ideologias capitalistas e socialistas estavam em pleno conflito, cada um a seu modo procurando se difundir pelo mundo.

O debate educacional foi reprimido pelo governo federal. Getúlio desencadeou uma repressão política que causou barreiras durante um momento em que se procurava delimitar as diretrizes para a política educacional brasileira. Os educadores viam como necessário pensar o sistema educacional articulado com a economia e a política internacional, levando em consideração que a reforma no ensino só seria possível por meio de transformações sociais radicais (BUFFA; NOSELLA, 2001).

Com o fim do Estado Novo, o debate educacional ressurgiu durante o período de 1946-1964, em decorrência dos conflitos sociais e educacionais, como do fim da II Guerra Mundial e derrota do nazi fascismo (BUFFA; NOSELLA, 2001). No entanto, a insegurança volta à tona com a Guerra Fria, um conflito ideológico entre duas potências, Estados Unidos e União Soviética, que dividiram o mundo entre países socialistas e capitalistas (BARROS, 1988; BETHELL; ROXBOROUGH, 1996; VICENTINO, 1997).

Nesse período o debate educacional ocorreu, embora muito frágil, em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Apesar de a LDB ter sido elaborada por uma comissão de educadores de várias tendências, mesmo sob um Estado democrático, não ficou imune ao contexto internacional, assim os limites e os contornos eram elaborados levando em consideração o anticomunismo (BUFFA; NOSELLA, 2001).

O debate foi composto por forças heterogêneas, desde o setor conservador aos mais progressistas, e não chegaram a preocupar o poder governamental, pois foi um debate administrado e controlado pelo Estado, com participação de pessoas ligadas à igreja, a Universidade de São Paulo (USP) e ao jornal Estado de São Paulo. Entretanto, mesmo em debate, a LDB possibilitou que recursos públicos fossem destinados às escolas privadas. Vitória do setor conservador que mais tarde abriria caminho para a privatização da educação, principalmente do ensino superior (BUFFA; NOSELLA, 2001).

Contudo, o Brasil passa por novo golpe de Estado, dessa vez um golpe repressivo militar, 1964-1985. O golpe teve como fator principal, diziam os militares, a manutenção do sistema capitalista e a contenção dos avanços comunistas no Brasil. Discurso inspirado no que vinha acontecendo dentro da política nacional. Mais uma vez o debate sobre a educação é reprimido, porém com muito mais violência, principalmente após a instituição do Ato Institucional nº 5 em 1968.

O golpe militar de 1964 colocou fim aos movimentos de educação popular e extinguiu o debate educacional. É neste clima de apreensão que se dá às leis e decretos que iriam regulamentar a educação brasileira. Assim, em 1964, o governo federal realiza uma série de convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), acordo conhecido como MEC/USAID, cujo objetivo era implantar a reforma universitária utilizando o modelo norte americano (MENEZES; SANTOS, 2001).

Entretanto a discussão em torno de uma lei para a educação só volta à tona na década de 1990. Ocorre assim, novo embate intelectual entre as forças populares e as conservadoras na elaboração da nova LDB. As primeiras apresentaram suas propostas por meio do deputado federal Florestan Fernandes, enquanto que as emendas propostas ao projeto eram do senador Darcy Ribeiro, taxadas de neoliberais, mas que acabaram sendo aprovadas (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009).

Em 1996 é aprovada a Lei nº 9.394, que estabeleceu as diretrizes da LDB, em vigor nos dias atuais. A educação, na LDB, foi concebida como processo formativo, desenvolvido



tanto na vida privada familiar como pelas instituições públicas e privadas, na convivência humana e nas manifestações culturais. Por outro lado, a educação escolar se desenvolve por meio do ensino em instituições próprias, devendo estar vinculado ao mundo do trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

A partir de 2002 são introduzidas diversas políticas para o mercado de trabalho e a educação, as principais foram: Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE); Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Projeto Escola de Fábrica, Programa Universidade para Todos (PROUNI); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Programa de Educação Tutorial (PET); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Em 2006, o programa "Expandir", foi responsável pela criação de dez novas universidades e de 48 campi universitários em todo o país, bem como a ampliação da rede federal de educação tecnológica. O governo seguinte dá continuidade ao programa e cria quatro novas universidades federais, 47 novos campi universitários e 208 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS) (FERREIRA, 2012).

Em 2012, é implantado o programa Ciência Sem Fronteiras, que por meio de bolsas de estudos estimulou a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores para universidades estrangeiras procurando ampliar a participação do Brasil em áreas consideradas estratégicas (FERREIRA, 2012).

Outro programa foi à lei de cotas para o ensino superior (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012), cujo objetivo foi reservar 50% das vagas das matrículas em universidades federais para os estudantes do ensino médio de escolas públicas que possuem renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos.

Vale ressaltar, que, com a mudança de governo no ano de 2015, esses programas correm o risco de ser modificado, terem suas verbas reduzidas ou mesmo abandonadas pelo governo federal.

Assim, um ponto negativo do governo federal é à aprovação da medida provisória 746/2016 que se tornou lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017). Esta lei modificou as Diretrizes e Bases da Educação, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. Outras reformas estão sendo conduzidas pelo governo federal que trarão problemas para o país, são elas: em análise está a reforma da previdência, e as já aprovadas são reforma trabalhista e liberação total da terceirização do trabalho.

Sem nenhum tipo de debate com a sociedade a reforma do ensino médio foi aprovada por meio de medida provisória. A carga horária que são atualmente de 800 horas anual deverá ser ampliada progressivamente para 1400 horas, entretanto nos próximos cinco anos já devem ser de 1000 horas.

Assim, o ensino médio contará com uma Base Nacional Comum Curricular de cinco áreas do conhecimento, cabendo às escolas escolherem quais áreas ofertar, são elas: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Aos alunos caberão o direito de escolher qual área seguir, mas terão que se matricular na respectiva escola que ofereça a área escolhida. Logo, a divisão em cinco áreas do conhecimento trará mudanças no ensino superior no que tange a formação de professores, e na elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O ponto mais grave da lei do 13.415/2017 é a possibilidade de contratação de profissionais "com notório saber" para ministrar aulas no ensino médio, entretanto não há uma definição clara de quais profissionais estariam aptos a assumirem as aulas.

Assim, fica evidente como o ensino público no Brasil alternou entre momentos de lucidez, e momentos de declínio. As diversas reformas foram marcadas, ora por governos autoritários, ora democráticos, refletindo assim na crise da educação, que ainda hoje não foi superada.

Após a contextualização histórica das mudanças ocorridas no mercado de trabalho e no ensino brasileiro podemos nos aprofundar no mercado de trabalho maringaense.

### Breve Levantamento do Mercado de Trabalho Maringaense

A cidade de Maringá foi fundada no dia 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari (Figura 1). Teve como agente executor a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Em 14 de novembro de 1951, decorrente da Lei nº 790 Maringá foi elevada a município e no dia 09 de março de 1954 tornou-se comarca. O início da ocupação ocorreu onde hoje é conhecido como “Maringá Velho” (GUERCIO, 1972).

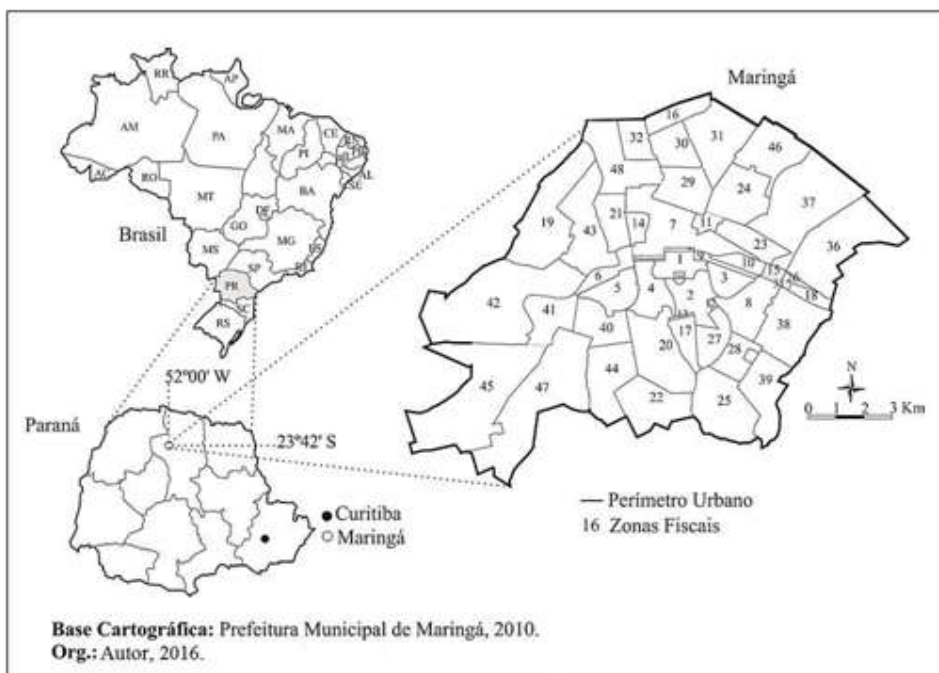
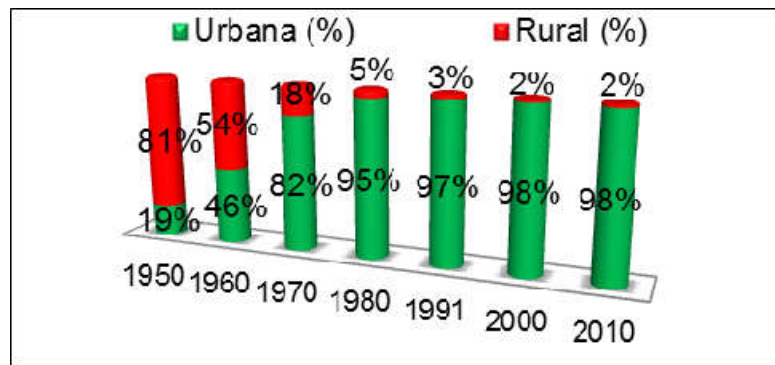


Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Maringá.

Maringá é a terceira maior cidade do Estado do Paraná, com uma população de 357.077 mil habitantes. Destes, 98% concentrados na cidade e 2% concentrados no campo (Figura 2).

A mobilidade rural/urbano foi consequência das mudanças socioeconômicas, da implantação de programas que dirigiam economias, mudança nas relações sociais de produção capitalista, com a difusão do fordismo/toyotismo, acompanhado da mecanização do campo. Se até 1960 a população do Brasil era predominante rural, a partir de 1970 se torna urbana, em 2010 com 84% da população morando nas cidades. O processo de urbanização foi intenso entre 1930-1990 principalmente no Norte do Paraná.

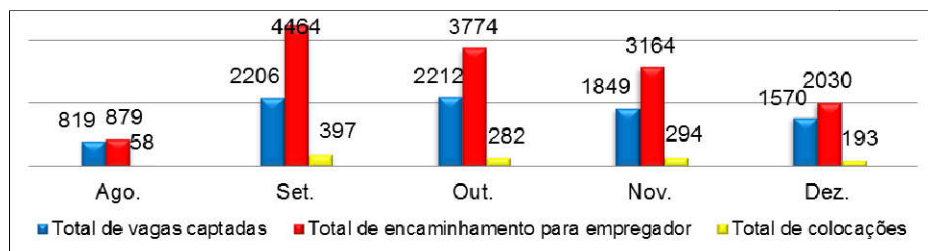


**Figura 2** – População urbana e rural de Maringá, 1950-2010.

**Fonte:** IBGE, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

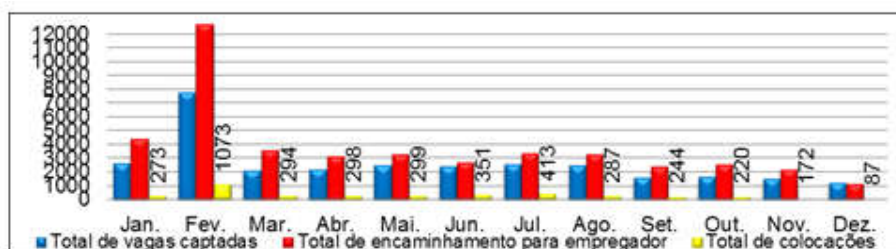
Essa rápida mudança trouxe graves problemas para o espaço urbano, como aumento do desemprego, déficit habitacional, problemas sociais, violência, aumento da criminalidade, dentre outros fatores. Além disso, no Paraná até 1970 a maior parte da população ainda se encontrava no campo. Contudo, é entre as décadas de 1980-1990, que ocorre a inversão da população. Assim, em 2010, 85% da população paranaense residia nas cidades.

Nos dias atuais, o mercado de trabalho brasileiro lida com uma situação difícil, possui um alto grau de dificuldade tanto para o trabalhador que procura emprego e não é contratado, quanto para o empregador que às vezes não encontra a mão de obra com qualificação técnica necessária ao cargo. Nesse sentido, o histórico de inscritos e contratados por intermédio da Agência do Trabalhador de Maringá (SINE) demonstra um panorama de baixa contratação. Em Maringá, gerava-se uma grande quantidade de empregos, era encaminhado para entrevista um número ainda maior, mas efetiva-se uma quantidade baixíssima de trabalhadores (Figuras 3, 4, 5, 6 e 7).



**Figura 3** – Vagas de emprego captadas na Agência do Trabalhador de Maringá em 2011.

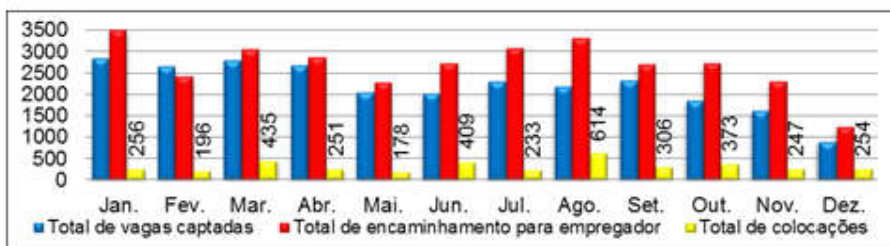
**Fonte:** Relatório de situação de produção de postos de atendimento (IMO). Agência do trabalhador de Maringá (SINE). **Org.:** Autores, 2016.



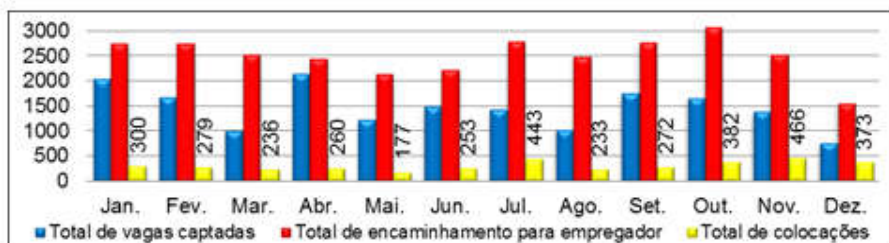
**Figura 4** – Vagas de emprego captadas na Agência do Trabalhador de Maringá em 2012.

**Fonte:** Relatório de situação de produção de postos de atendimento (IMO). Agência do trabalhador de Maringá (SINE). **Org.:** Autores, 2016.

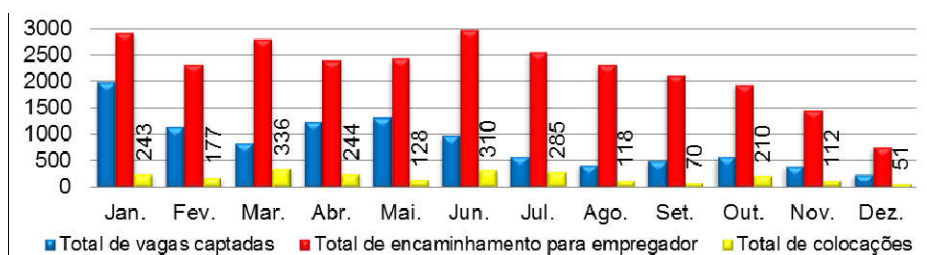




**Figura 5** – Vagas de emprego captadas na Agência do Trabalhador de Maringá em 2013.  
**Fonte:** Relatório de situação de produção de postos de atendimento (IMO). Agência do trabalhador de Maringá (SINE). **Org.:** Autores, 2016.



**Figura 6** – Vagas de emprego captadas na Agência do Trabalhador de Maringá em 2014.  
**Fonte:** Relatório de situação de produção de postos de atendimento (IMO). Agência do trabalhador de Maringá (SINE). **Org.:** Autores, 2016.



**Figura 7** – Vagas de emprego captadas na Agência do Trabalhador de Maringá em 2015.  
**Fonte:** Relatório de situação de produção de postos de atendimento (IMO). Agência do trabalhador de Maringá (SINE). **Org.:** Autores, 2016.

Como podemos observar, de 2011 a 2014 o SINE possuía um panorama promissor de empregos disponíveis. Um fato que foi muito apreciável pelos meios de comunicação, colocando Maringá em janeiro de 2014 como a 10ª cidade que mais gerou emprego no Brasil (GUEDES, 2014).

Mas o que não foi divulgado nos meios de comunicação, foi à dificuldade que o trabalhador passou para ser efetivado nessas vagas. Nesse caso, não ocorreu admissão de todas as vagas captadas. O que os dados demonstram é uma alta geração de empregos com uma baixa contratação. Sendo este o quadro que chamou nossa atenção.

Assim, a partir de dados coletados na agência do trabalhador no ano de 2015, fornecidos pelo setor responsável de emprego, nos informamos que há vagas para todas as escolaridades e formações, e até mesmo para quem é analfabeto. Por meio da divisão do trabalho (manual e intelectual), é “determinado” o nível de qualificação e formação escolar para cada cargo. Algumas atividades realizadas no “chão de fábrica” possuem cargos que não exigem escolaridade, sendo possível admitir até mesmo trabalhadores analfabetos, embora seja uma condição junto ao capitalismo a escolaridade.

Como resultado, no Paraná e Maringá, trabalhadores analfabetos ou que possuem ensino fundamental incompleto vêm perdendo espaço no mercado de trabalho. Não consideramos que essa é a situação geral do mercado de trabalho, mas ainda existem oportunidades no mercado formal para quem não possui nenhuma formação escolar, entretanto as oportunidades estão sendo reduzidas.

Assim, com a modernização dos meios de produção e sua automação, maiores são as exigências de formação dos trabalhadores. Portanto, vem decaindo no Brasil o total de pessoas empregadas que não possuem formação escolar e vem aumentando a quantidade de trabalhadores que possuem mais anos de escolaridade (Tabela 1).

**Tabela 1** – Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, segundo anos de estudo, Brasil e Região Sul.

BRASIL					
Período	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
1992	11.682.123	12.736.004	20.952.102	7.858.076	12.017.506
1993	10.997.579	12.790.883	21.811.317	8.195.470	12.651.530
1995	10.782.275	12.700.591	22.855.933	9.015.176	14.150.145
1996	9.994.376	11.323.070	21.751.717	9.868.539	14.953.402
1997	9.795.583	11.700.275	21.983.643	9.805.070	15.878.708
1998	9.313.077	11.476.352	21.687.853	10.337.165	16.937.754
1999	9.363.741	11.676.077	22.635.970	11.130.278	18.291.745
2001	8.790.048	10.557.748	22.254.603	12.206.199	21.977.195
2002	8.451.298	10.439.063	22.848.810	12.613.263	24.274.571
2003	8.214.764	9.871.051	22.513.015	13.202.754	26.098.504
2004	8.075.260	9.585.291	22.502.564	13.996.917	28.414.463
2005	7.946.313	9.683.654	22.734.147	14.104.194	30.684.728
2006	7.771.106	9.611.927	23.388.257	14.807.736	33.543.265
2007	7.652.708	9.385.817	22.405.532	15.387.119	35.530.424
2008	7.790.475	8.627.184	21.800.223	15.953.243	38.059.808
2009	7.173.053	8.461.467	21.544.201	15.321.627	40.024.585

SUL					
Período	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
1992	1.073.374	2.020.977	4.818.463	1.553.060	1.954.698
1993	995.769	1.937.172	5.001.465	1.560.059	2.039.88
1995	940.376	1.917.196	5.016.330	1.651.155	2.360.366
1996	834.031	1.747.606	4.729.131	1.787.409	2.429.273
1997	745.791	1.689.645	4.854.598	1.818.943	2.577.194
1998	782.089	1.624.732	4.681.962	1.961.641	2.758.515
1999	760.506	1.517.993	4.739.784	2.136.505	3.064.597
2001	794.581	1.519.882	4.534.339	2.337.168	3.694.382
2002	735.510	1.483.377	4.585.299	2.474.131	4.057.296
2003	733.929	1.423.883	4.397.020	2.591.595	4.426.696
2004	713.186	1.365.284	4.417.483	2.672.745	4.859.542
2005	667.126	1.341.821	4.348.947	2.609.095	5.186.580
2006	609.303	1.251.082	4.368.706	2.704.763	5.532.844
2007	644.022	1.235.983	4.315.502	2.656.542	5.807.816
2008	665.407	1.080.542	3.852.476	2.843.762	6.198.518
2009	599.854	1.075.264	3.843.640	2.751.415	6.494.922

**Obs.:** Até 2003, exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.  
**Fonte:** DIEESE, 2016. **Org.:** Autores, 2016.

Sendo assim, o mercado de trabalho é exigente. A formação escolar serve de parâmetro ao contratar. Uma boa notícia é que a formação escolar nacional vem crescendo a cada ano. Junto, cresce também a competição por uma boa colocação no mercado de trabalho e a necessidade por maior qualificação técnica e experiência no cargo.

Após a discussão dos principais dados sobre o mercado de trabalho maringense entramos no estudo do levantamento de campo *in loco* na agência do trabalhador de Maringá e a metodologia utilizada para a elaboração dos questionários.

### Elaboração e Análise dos Questionários Aplicados

A metodologia utilizada no levantamento de dados primários contemplou a pesquisa de campo compondo a aplicação de 123 questionários. Para a delimitação da amostragem foi utilizado a metodologia proposta por Gil (2010) que será abordada nesse capítulo.

Após a elaboração do questionário, aplicamos o pré-teste na Agência do Trabalhador de Maringá no ano de 2015. A aplicação do questionário pré-teste foi necessário para que erros conceituais, de interpretação, de duplo sentido, etc., fossem eliminados, fazendo com que os respondentes compreendam de forma clara as perguntas. Assim, após a aplicação do pré-teste, passamos para a fase de delimitação da amostragem do universo da pesquisa e o cálculo estatístico da quantidade de questionários a serem aplicados.

Gil (2010) define que a amostragem em uma pesquisa social pode ser tanto a população total de uma cidade ou apenas uma parte representativa de determinado seguimento com características próprias, por exemplo, a população negra da zona urbana.

Portanto, definido o universo da pesquisa e utilizando fórmula matemática, que será mais bem explicado a baixo, determinamos a quantidade de questionários aplicados e representativos da população em estudo. O cálculo da amostragem utilizou o universo da Agência do Trabalhador de Maringá. O universo total foi de 66.233 mil trabalhadores cadastrados até às 16 horas do dia 24 de abril de 2015 na agência.

A amplitude do universo pesquisado deve levar em consideração duas possibilidades, o universo finito e infinito. O universo finito é aquele em que o número de pessoas pesquisadas não ultrapasse o total de 100 mil, já o universo infinito é o que apresentam valores superiores a 100 mil, pois “[...] acima de 100.000, qualquer que seja o número de elementos do universo, o número de elementos da amostra a ser selecionada será rigorosamente o mesmo.” (Gil, 2010, p. 95.). Sendo assim, utilizamos fórmula matemática para o universo finito, determinando a quantidade de questionários aplicados na Agência do Trabalhador de Maringá. O cálculo da amostragem para população finita, tendo como base o total de pessoas cadastradas na Agência do Trabalhador.

$$\text{Formula: } n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

n = Tamanho da amostra;

$\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão, nesse caso trabalhamos com 2 desvios e um nível de confiança de 95,5%;

p = Porcentagem com a qual o fenômeno se verifica, não sendo possível estimar a porcentagem que o fenômeno pesquisado se verifica deve ser utilizado o valor de 50%;

q = Porcentagem complementar (100 – p), assim 50%;

N = Tamanho da população, 66.233 mil trabalhadores;

$e^2$  = Erro máximo permitido, utilizamos 9%.

Calculo de determinação da amostragem:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 66\,233}{9^2 \cdot (66\,233 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$n = \frac{4 \cdot 2\,500 \cdot 66\,233}{81 \cdot 66\,232 + 4 \cdot 2\,500}$$

$$n = \frac{10\,000 \cdot 66\,233}{5\,364\,792 + 10\,000}$$

$$n = \frac{662\,330\,000}{5\,374\,792}$$

n = 123 questionários.

Sendo assim, foram aplicados 123 questionários nos meses de maio, junho e julho de 2015 na Agência do Trabalhador de Maringá.

A aplicação dos questionários abrangeu uma população heterogênea, formada por diferentes raças e classes sociais, algumas pessoas com pós-graduação e uma grande maioria com ensino médio completo, mas poucas pessoas com curso técnico.

No que se refere ao grau de escolarização dos 123 respondentes, a tendência é ir aumentando até chegar ao ensino médio completo, e posteriormente, tende a cair na formação superior. Não foi registrada nenhuma ocorrência de analfabetos, entretanto, 31% possuem apenas o ensino fundamental. O nível educacional mais representativo da população trabalhadora pesquisada foi o ensino médio completo (Figura 8).

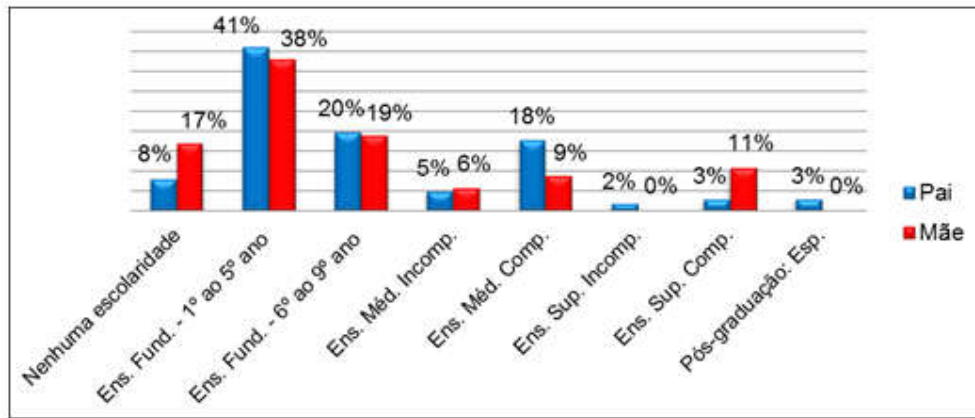


**Figura 8** – Formação escolar dos 123 entrevistados.

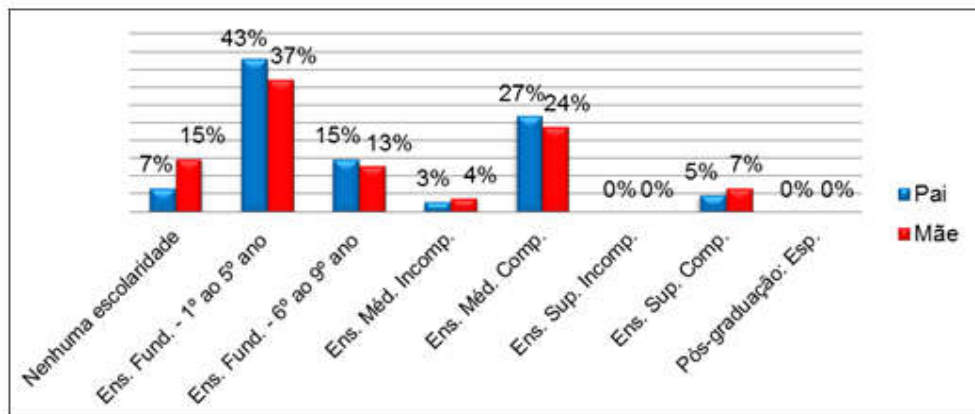
**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

A aplicação dos questionários evidenciou que os entrevistados avançaram nos estudos, foram além do que seus pais. Isso demonstra que a obrigatoriedade do ensino básico, dos 7 aos 14 anos de idade - na Constituição Federal de 1946 - e na Constituição de 1988, dos 4 aos 17, colaborou para este resultado.

Logo, verificamos que os pais e mães dos respondentes possuem baixa formação escolar. A maioria estudou até o ensino fundamental, 1º ao 5º ano, e poucos com ensino médio completo (Figuras 9 e 10).



**Figura 9** – Formação escolar dos pais e mães dos entrevistados do gênero masculino. **Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.



**Figura 10** – Formação escolar dos pais e mães dos entrevistados do gênero feminino. **Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

Dos 123 entrevistados, apenas 41 possuem curso técnico, destacamos no Quadro 1 os cursos mais representativos.

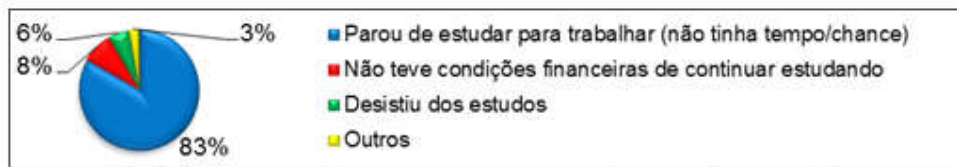
**Quadro 1**– Formação técnica dos entrevistados.

Técnico em soldador	Técnico em administração	Brigadista
Técnico eletricitista	Técnico em torneiro mecânico	Técnico em refrigeração
Mestre de obras	Técnico de segurança do trabalho	Mecânica industrial
Programador Web	Técnico em processamento de dados	Técnico em enfermagem
Operador de empilhadeira	Técnico em informática	Técnico agrícola
Técnico em calorimetria	Técnico em pintura industrial	Automação
Técnico de alimentação	Matemática financeira	Técnico em contabilidade
Técnico em eletromecânica	Técnico em gestão de recursos humanos	Atendente comercial
Escolta armada	Técnico em marketing	Supervisor de segurança
Técnico em comércio	Técnico em radiologia	-

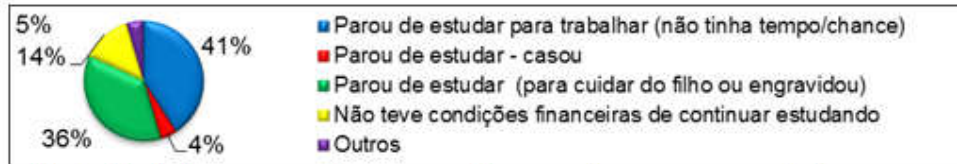
**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

Dos 123 respondentes, 53% acreditam que não estudaram pouco e 47% admitiram ter estudado pouco. Destes, o principal motivo foi ter que largar os estudos para trabalhar. Chama-nos a atenção às mulheres, que pararam os estudos para trabalhar, cuidar dos filhos ou porque engravidaram (Figuras 11 e 12).





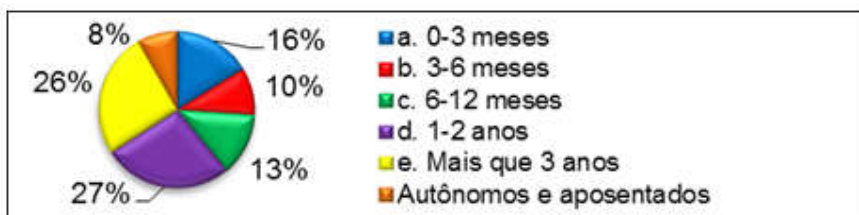
**Figura 11** – Principais motivos de o gênero masculino ter parado os estudos.  
**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.



**Figura 12** – Principais motivos de o gênero feminino ter parado os estudos.  
**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

O resultado da aplicação dos questionários evidenciou que a maioria das pessoas entrevistadas, possui uma baixa formação escolar. Quando questionadas sobre o porquê dessa situação, diziam que não tiveram tempo para estudar, pois começaram a trabalhar muito jovem. “Essa entrada precoce no mercado de trabalho e as dificuldades de conciliar trabalho e escola, impedem que milhões de jovens usufruam do acesso à educação, o que revela a histórica dualidade, ou seja, o acesso de alguns e a exclusão da maioria.” (THOMAZ JÚNIOR, 2000). Evidência ainda que no embate entre a escola e o trabalho, a escola perde, pois cede seus alunos para o trabalho, ainda sem concluir a formação.

Um problema apresentado do mercado de trabalho é o curto intervalo de tempo que os trabalhadores permanecem no cargo, surgindo assim à rotatividade dos trabalhadores. Logo, procurando saber se este problema procedeu entre os respondentes, perguntamos quanto tempo permaneceram no emprego anterior. Logo, 53% responderam terem permanecido mais que um ano, ou seja, não procedeu a consideração de que os trabalhadores permaneceram pouco tempo no emprego e saem à procura de outro, pois, apenas 16% permaneceram trabalhando de 0-3 meses antes de ser demitido (Figura 13).



**Figura 13** – Período de tempo em que permaneceram no emprego anterior.  
**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

Por último, o questionário procurou determinar se as pessoas são exigentes na hora de procurar emprego, se aceitam qualquer vaga ofertada, ou procuram se dedicar em um determinado ramo de trabalho. A grande maioria aceita qualquer oportunidade, ainda mais frente à dificuldade de conseguir ser contratado. Entretanto, um quarto dos respondentes consideram os benefícios que o cargo ofereça no ato da contratação. Quanto ao gênero feminino, 34% das respondentes analisam os benefícios antes de aceitar o emprego (Figura 14).



**Figura 14** – Principais motivos dos entrevistados para aceitar um emprego.

**Legenda:** A– Aceita qualquer oportunidade; B - Qualquer oportunidade, considerando o tempo desempregado(a); C - Só aceito em sua área de atuação; D - Qualquer oportunidade, desde que tenha benefícios; E - Não estava procurando emprego.

**Fonte:** Dados obtidos por meio da aplicação dos questionários, 2015. **Org.:** Autores, 2016.

Portanto, mesmo que o mercado de trabalho seja exigente na contratação, os trabalhadores já não estão aceitando qualquer cargo. Procuram antes de tudo um emprego que seja compatível com sua formação, mas que lhe proporcione um rendimento adequado a suas expectativas e que lhe proporcione benefícios. Mas, os trabalhadores tendo que dividir seu tempo entre trabalho, deslocamento para o trabalho, lazer, filhos, etc., acabam não se aperfeiçoando profissionalmente em um curso técnico, mesmo tendo oportunidades gratuitas para isso. Apenas uma pequena parcela dos respondentes possui curso técnico, alguns trabalhadores conseguem voltar a estudar em razão de não terem responsabilidades familiares.

### Considerações Finais

Assim, demonstrou-se que a relação trabalho e formação escolar é requisito para se conseguir um emprego. Entretanto o êxodo rural foi responsável por transferir grande contingente de mão de obra para as cidades, mas sem as qualificações necessárias para o trabalho urbano.

A Constituição Federal (de 1946 e de 1988) ampliou os anos de estudo obrigatórios, porém a falta de escolas, a precariedade do transporte e das vias de circulação contribuiu para que a lei não fosse cumprida. Apenas famílias abastadas eram capazes financeiramente de enviar os filhos ou para as capitais do país ou mesmo para o exterior para receber uma formação de qualidade. Mas a partir da década de 1970-1980, o êxodo rural e a mecanização do campo impuseram novos arranjos produtivos no país. A utilização de máquinas e tecnologias informacionais criou um novo tipo de trabalhador, que seja instruído e possua experiência no cargo.

Sendo a formação escolar uma exigência no mercado de trabalho formal, cresce a demanda por trabalhadores com boa qualificação. Contudo, no mercado de trabalho estão em queda os cargos que não exigem formação escolar. Logo, a análise dos dados corroborou a relação existente entre empregos formais e escolaridade, sendo que os empregos exigem cada vez mais o ensino médio completo.

Entretanto, o sistema educacional brasileiro ainda não é capaz de formar os trabalhadores para o mercado de trabalho, pois as mudanças entre governos democráticos e repressivos contribuiu para não houve avanços significativos. Nesse contexto o Brasil chega ao século XXI com um sistema educacional problemático, que não é capaz de formar os trabalhadores para o mercado de trabalho. O debate entre formação geral e específica cessou, mas o ensino geral ainda hoje não garante uma formação para o trabalho.

Assim, no mercado de trabalho maringaense existe a preferência por trabalhadores que possuam curso técnico. Além do mais é importante que o trabalhador tenha no mínimo de três a seis meses de experiência no cargo, quem não possui relatou muita dificuldade de ser contratado, de fato não ocorreu contratação.

Portanto, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, além de possuir o ensino médio completo, é preciso que o trabalhador possua curso técnico e experiência. Entretanto, o Estado brasileiro não dá oportunidades para que todos possam se aperfeiçoar para o trabalho, pois muitos trabalhadores abrem mão dos estudos, ainda mais quando a necessidade econômica se faz tão presente na maioria dos lares carentes do Brasil.

## Referências

- BARROS, E.L. de. **A guerra fria**. São Paulo: Atual, 1988.
- BETHELL, L; ROXBOROUGH, I. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BRASIL. Decreto n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 20 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 16 fev. 2017.
- BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A educação negada: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARDOSO JUNIOR, J.C. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005. p. 127-177.
- DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 1995.
- FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, n.36, p. 455-472, mai./ago., 2012.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. Barueri, SP: Manole, 2009.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S. A, 2010.
- GOMES, M.T.S. **A dinâmica do Mercado de Trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente, SP**. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, SP, 2001.
- GUEDES, C. Maringá aparece à frente de 24 capitais em geração de empregos. **O Diário de Maringá**. Maringá, 20 fev., 2014. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/803734/maringa-aparece-a-frente-de-24-capitais-em-geracao-de-empregos/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- GUERCIO, L. Revista Maringá Ilustrada. **Edição comemorativa do Jubileu de Prata**. Maringá: mai. de 1972.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17-18, 2002.
- HOFFMANN, H. **Desemprego: causas e consequências**. São Paulo: Ática, 1977.

- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1908-2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MENEZES, E.T; SANTOS, T.H. dos. **Verbetes MEC/USAID**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- MENNUCCI, S. **A Crise Brasileira de Educação**. São Paulo: Piratininga, 1934.
- NETO, L. **Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, D.L.C.M. **Mercado de Trabalho industrial e a questão do “gênero”: uma análise do trabalho feminino em indústrias de Rio Claro**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2000.
- PIMENTA, R. Maringá é a 39ª cidade que mais gera emprego no País. **O Diário de Maringá**, Maringá, PR, 22 jun., 2010. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/economia/2010/06/maringa-e-a-39a-cidade-que-mais-gera-emprego-no-pais/311001/>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Banco de dados agregados**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=2176+>>. Acesso em 3 jan. 2016.
- SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Qualificação do trabalho: Adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 69 (63), ago., 2000.
- TEIXEIRA, A.S. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- VICENTINO, C. **O mundo atual: da Guerra Fria à nova ordem internacional**. São Paulo: Scipione, 1997.
- ZEBRAL FILHO, S.T.B. **Globalização, desemprego e desigualdade: evidências, mitos e desafios do Mercado de Trabalho brasileiro**. Brasília: Crub, 1997.